



Câmara de Rondonópolis - MT
*Analista do Legislativo - Processo Legislativo
e Administrativo*

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de textos de variados gêneros discursivos	1
As condições de produção de um texto e as marcas composicionais de gêneros textuais diversos.....	6
Linguagem e adequação social: Variedades lingüísticas e seus determinantes sociais, regionais, históricos e individuais	16
Registros formal e informal da linguagem.....	17
Aspectos lingüísticos na construção do texto: Fonética: prosódia.....	19
Ortografia.....	20
Morfologia: formação, classificação e flexão das palavras	21
Sintaxe: concordâncias verbal e nominal	45
Regências verbal e nominal	47
Colocação pronominal,.....	50
Emprego de nomes, pronomes, conjunções, advérbios, modos e tempos verbais	51
Semântica: polissemia, parônima, homonímia, sinonímia, antonímia, denotação e conotação.....	51
Textualidade: coesão, coerência,	53
Intertextualidade	55
Argumentação	57
Pontuação	58
Tipos de discurso: direto e indireto.....	62
Vozes do verbo.....	66
Acentuação.....	66
Figuras de linguagem.....	68
Narração, descrição, injunção, diálogo, argumentação, exposição	73
Crase	74
Coordenação e subordinação	76
Conectivos.....	80
Exercícios	82
Gabarito.....	93

SUMÁRIO



LEGISLAÇÃO BÁSICA

Lei Orgânica do Município de Rondonópolis/MT.....	1
O Regimento Interno da Câmara Municipal de Rondonópolis/MT	62
A lei que estabelece o Regime Jurídico dos servidores públicos do município de Rondonópolis/MT	118
Exercícios.....	148
Gabarito.....	149

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Conceitos sobre informática: conceitos, características, modalidades de processamento, hardware, microcomputadores x notebooks x laptop, componentes e funções, dispositivos de entrada e saída, memória, uso dos recursos.	1
Software: conceitos, software livre, básico e aplicativo.....	6
Sistemas operacionais: conceitos, características, gerência de processos, de memória, de dispositivos de e/s, de dados, sistemas de arquivos.....	7
Ambientes Windows 8.1/10/11 BR e Linux e distribuições: conceitos, características, versões 32 e 64 bits, ícones, ambiente gráfico, gerenciador de pastas e arquivos, teclas de atalho, uso dos recursos	17
Pacote MS Office 2016/2019 BR ou superior (Word, Calc. Powerpoint, Access) e Libre Office 7.3.2.2 ou superior (Writer, Calc, Impress, Base), em português BR: conceitos, características, versões 32 e 64 bits, pastas e arquivos, teclas de atalho, ícones, uso dos recursos.....	49
Redes de computadores: conceitos, características, equipamentos, sinais analógico x digital, serial x paralelo, meios de transmissão, cabeamento estruturado, categorias, padrões EIA/TIA 568A X 568B. Tecnologias, topologias, conectores, cabeamento, padrões, protocolos e redes cabeadas e wireless. Padrões ABNT. Modelo OSI/ISO – conceitos, níveis e camadas. Arquitetura TCP/IP. Endereços IPv4 X IPv6. Máscara de rede de tamanho fixo x tamanho variável. Utilitários.....	105
Internet x Intranet x Extranet: conceitos, características, web 2.0 x web 3.0. Browsers Microsoft Edge, Google Chrome e Mozilla Firefox nas últimas versões de 32 e 64 bits – conceitos, características, ícones, atalhos de teclado e uso dos recursos. Ferramentas de busca e de pesquisa na Web. Conceitos sobre tecnologias e ferramentas de colaboração, de correio eletrônico e webmail, de grupos de discussão, de fóruns, de wikis e redes sociais. Computação em Nuvem.....	118
Segurança da Informação, de sistemas, de equipamentos, em redes e na internet – Conceitos, características, padrões ISO, aplicativos, proteção, ameaças e vulnerabilidades. Conceitos sobre firewall, backup, vírus e antivírus. Criptografia e assinatura digital	139
Conceitos sobre computação gráfica, tecnologias e ferramentas multimídia, de reprodução de áudio e vídeo, formatos de arquivos, de imagens e figuras	148
Exercícios.....	150

SUMÁRIO



Gabarito.....	159
---------------	-----

HISTÓRIA DE MATO GROSSO

Período Colonial.Os bandeirantes: escravidão indígena e exploração do ouro	1
A fundação de Cuiabá: Tensões políticas entre os fundadores e a administração colonial.....	2
A fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade e a criação da Capitania de Mato Grosso.....	3
A escravidão negra em Mato Grosso. Os quilombos em Mato Grosso.....	4
Período Imperial. A crise da mineração e as alternativas econômicas da Província	5
A Rusga.....	6
Os Presidentes de Província e suas realizações.	7
A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai e a participação de Mato Grosso	9
A economia de Mato Grosso após a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai	12
O fim do Império em Mato Grosso.	14
Período Republicano.O coronelismo em Mato Grosso	15
Economia de Mato Grosso na Primeira República: usinas de açúcar e criação de gado.....	15
Relações de trabalho em Mato Grosso na Primeira República.....	16
Mato Grosso durante a Era Vargas: política e economia.....	16
Política fundiária e as tensões sociais no campo.....	17
Os governadores estaduais e suas realizações.....	18
Tópicos relevantes e atuais de política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, ecologia e suas vinculações históricas.	19
Exercícios.....	20
Gabarito.....	23

GEOGRAFIA DE MATO GROSSO

Mato Grosso e a região Centro-Oeste	1
Geopolítica de Mato Grosso.....	6
Ocupação do território.....	7
Aspectos físicos e domínios naturais do espaço mato-grossense.....	9
Aspectos político-administrativos	11
Aspectos socioeconômicos de Mato Grosso. Formação étnica. A economia do Estado no contexto nacional.População. Território e Ambiente.....	11
Programas governamentais e fronteira agrícola mato-grossense.....	15

SUMÁRIO



A urbanização do Estado.....	17
Economia.....	18
Exercícios.....	18
Gabarito.....	24

NOÇÕES DE ÉTICA E FILOSOFIA

Fundamentos da Filosofia.....	1
Filosofia Política.....	7
Consciência crítica e filosofia.....	9
Cultura e valores éticos ou morais.....	11
Juízos de fato ou de realidade e juízos de valor.....	14
Ética e cidadania.....	14
Ética e Racionalidade.....	17
Ética e ciência.....	21
Exercícios.....	22
Gabarito.....	28

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A evolução do pensamento em administração; Teorias da Administração: Abordagem clássica da administração; Abordagem Humanística da administração; Abordagem Neoclássica da administração; Abordagem Estruturalista de administração. Abordagem Comportamental de administração; Abordagem Sistêmica de administração; Abordagem Contingencial de administração.....	1
O ambiente organizacional.....	11
A tomada de decisão em administração.....	15
Planejamento e estratégia; organização; direção; controle.....	22
Recursos organizacionais. relacionamentos.....	32
Competências essenciais.....	36
Produtos e Ser.....	36
A Gestão dos Materiais: fluxo; classificação; programação; compras; estoques. Administração de Materiais.....	37
Recursos Humanos: conceito de gestão de pessoas.....	68
Modelos de gestão de pessoas.....	73
Recrutamento e seleção.....	91
Cargos, salários e benefícios.....	102
Aprendizagem, treinamento e desenvolvimento; avaliação de performance e competências.....	105
Comunicação.....	109

SUMÁRIO

Endomarketing	111
Qualidade de vida, saúde e ergonomia.....	112
Finanças Públicas: normas constitucionais relativas ao plano plurianual, à Lei de diretrizes orçamentárias e à Lei orçamentária anual.....	115
Constituição Federal/1988: direitos e garantias fundamentais	142
Da tributação e orçamento, das finanças públicas.....	147
Déficit Público: Medidas do déficit.....	147
Tributação: A carga tributária.....	148
Gastos: Evolução da despesa pública	153
Compras Públicas	173
Lei n.º 14.133/2021	178
Decreto Federal n.º 10.024/2019	249
Planejamento Estratégico: Concepção estratégica; O processo estratégico; Intenção estratégica	263
Diagnóstico estratégico externo	267
Diagnóstico estratégico da organização.....	268
Construção de Cenários.....	269
Modelos dinâmicos de cooperação e concorrência	274
Definição de objetivos e formulação das estratégias Desempenho organizacional	280
Governança Corporativa	288
Liderança estratégica	291
Empreendedorismo	297
Auditoria de Resultados e Avaliação Estratégica.....	303
Logística e Serviços: O comércio e a logística; Canais de Distribuição; Previsão de demanda; Nível de serviço ao consumidor; A cadeia de valor e a logística; Distribuição física; Operadores Logísticos; Roteirização de veículos; O custeio ABC na logística ..	304
Os desafios do comércio eletrônico	317
Produtividade, eficiência e benchmarking de serviços logísticos.....	321
Sistemas de Informações: O sistema empresa; Introdução aos sistemas de informação; Tecnologia da Informação; Informação empresarial; Sistemas de Informação convencional; Estratégia empresarial e sistemas de informação empresariais; Tecnologias aplicadas a sistemas de informação empresariais; Metodologias de desenvolvimento e de implantação de sistemas de informação; Integração, qualidade e divulgação da informação.....	325
Contabilidade Geral. Gestão Pública: O crescimento das despesas públicas; Princípios do Orçamento Público; Classificações orçamentárias; Processo orçamentário no Brasil.....	345
Ética no serviço público.....	345
Exercícios	346
Gabarito.....	355

SUMÁRIO



DIREITO CONSTITUCIONAL (SEM BIBLIOGRAFIA)

Dos princípios fundamentais: Dos direitos e garantias fundamentais.....	4
Da organização do estado; Da organização político administrativa; Da União; Dos Estados federados; Dos Municípios; Do Distrito Federal; Da intervenção	21
Da administração pública; Disposições gerais; Dos servidores públicos.....	34
Da organização dos poderes; Do Poder Legislativo; Do Congresso Nacional; Das atribuições do Congresso Nacional; Do processo legislativo; Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária	43
Do Poder Executivo; Do Presidente e do Vice-Presidente da República; Das atribuições do Presidente da República; Da responsabilidade do Presidente da República; Dos Ministros de Estado; Do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional ..	61
Do Poder Judiciário; Disposições gerais; Do Supremo Tribunal Federal; Do Superior Tribunal de Justiça; Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais; Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes do Trabalho.....	66
Das funções essenciais à Justiça: Do Ministério Público; Da Advocacia Geral da União; Da Advocacia e da Defensoria Pública.....	83
Da defesa do estado e das instituições democráticas	90
Da tributação e do orçamento; Do sistema tributário nacional; Dos princípios gerais; Das limitações do poder de tributar; Dos impostos da União; Dos impostos dos Estados e do Distrito Federal; Dos impostos dos Municípios; Das finanças públicas; Normas gerais; Dos orçamentos.....	95
Da ordem econômica e financeira; Dos princípios gerais da atividade econômica; Exploração de atividade econômica pelo Estado	119
Da ordem social; Da seguridade social; Da ciência e tecnologia; Do meio ambiente ...	121
Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	133
Lei de Responsabilidade Fiscal.....	173
Questões	199

DIREITO ADMINISTRATIVO (SEM BIBLIOGRAFIA)

Princípios constitucionais e infraconstitucionais da atividade administrativa. Regime jurídico-administrativo: princípios do direito administrativo. Princípios da administração pública. Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e indisponibilidade do interesse público, proporcionalidade, razoabilidade, motivação, continuidade, presunção de veracidade e de legalidade, autoexecutoriedade, autotutela, segurança jurídica, proteção a confiança e boa-fé	1
Administração Pública. Desconcentração e descentralização. Órgãos públicos. Hierarquia. Delegação. Avocação. Administração direta e indireta. Autarquias. Fundações públicas. Empresas públicas e privadas. Sociedades de economia mista. Entidades paraestatais e Entes com situação peculiar (ordens e conselhos profissionais, fundações de apoio, empresas controladas pelo poder público, serviços sociais autônomos, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público)	22
A estruturação da advocacia pública.....	28
Atividade da administração pública	30
Poderes da administração pública e função. Poder normativo. Poder disciplinar. Poder decorrente de hierarquia. Poder vinculado. Poder discricionário. Poder regulamentar. Poder disciplinar. Poder de polícia	30

SUMÁRIO



Atos administrativos. Conceitos, requisitos, elementos, atributos, pressupostos e classificação. Fato e ato administrativo. Validade, eficácia e autoexecutoriedade do ato administrativo. Atos administrativos em espécie. Cassação e preservação (convalidação, ratificação e conversão). Prescrição e decadência. Mérito do ato administrativo, discricionariedade. Atos administrativos vinculados e discricionários. Mérito do ato administrativo, discricionariedade. Ato administrativo inexistente. Atos administrativos nulos e anuláveis. Vícios do ato administrativo. Teoria dos motivos determinantes. Processo administrativo disciplinar	41
Parecer: responsabilidade do emissor do parecer. O silêncio no direito administrativo. Cassação. Vícios, defeitos e desfazimento dos atos administrativos. Revogação e anulação e teoria das nulidades no direito administrativo	58
Servidor: cargo, emprego e funções. Atribuições. Competência administrativa: conceito e critérios de distribuição. Avocação e delegação de competência	59
Servidores públicos. Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos civis	77
Lei Federal n.º 8.429, de 2 de junho de 1992, Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4.º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências	80
Formas de provimento e vacância dos cargos públicos. Exigência constitucional de concurso público para investidura em cargo ou emprego público. Regime jurídico, direitos, deveres, proibições e vantagens	129
Licitação. Lei Federal n.º 14.133/2021 e alterações. Contratos da administração	134
Controle da Administração pública	196
Bens públicos. Classificação e caracteres jurídicos. Natureza jurídica do domínio público. Utilização dos bens públicos: autorização, permissão e concessão de uso, ocupação, aforamento, concessão de domínio pleno	205
Restrições e limitações administrativas	209
Intervenção no domínio econômico: desapropriação	210
Responsabilidade civil extracontratual do Estado. Responsabilidade objetiva. Responsabilidade subjetiva. Responsabilidade por ação. Responsabilidade por omissão. Responsabilidade decorrente de comportamento ilícito. Responsabilidade decorrente de comportamento lícito. Reparação do dano	213
QUESTÕES	
GABARITO	

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”



LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS/MT.

Promulgada em 05 de Maio de 1990 PREÂMBULO

O povo do Município de Rondonópolis, por intermédio de seus representantes na Câmara Municipal, investidos dos Poderes Constituintes atribuídos pelo artigo 11 parágrafo único, do ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal bem como pelo Artigo 24 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Mato Grosso, com o propósito de assegurar o bem-estar de todo cidadão mediante a participação do povo no processo político, econômico e social do nosso município, repudiando assim, toda forma autoritária de governo, promulga, sob a proteção de Deus, a Lei Orgânica de Rondonópolis. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

TÍTULO I

PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 1º O município de Rondonópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, é ente dotado de autonomia política, administrativa, financeira e legislativa, nos limites estabelecidos nas Constituições Federal e Estadual e nesta Lei Orgânica. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

Art. 2º A Lei Orgânica é a diretriz máxima do âmbito municipal, tendo supremacia sobre qualquer outro ato normativo. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

Art. 3º Em relação aos habitantes locais, é dever do Município de Rondonópolis, nos termos das Constituições Federal, Estadual e desta Lei Orgânica:

I - garantir os direitos sociais à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à segurança, à proteção à maternidade, à infância, à juventude, ao idoso e à família, à assistência aos desamparados, ao transporte, à habitação e à utilização dos recursos naturais de forma sustentável, de modo a garantir o equilíbrio ambiental;

II - assegurar a prestação dos serviços públicos básicos de maneira eficaz e eficiente, independentemente de sua modalidade de execução;

III - promover o desenvolvimento econômico, social e humano;

IV - zelar pela observância das Constituições e leis federais, estaduais e municipais. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

Art. 4º São deveres dos municípios e do Poder Público do Município de Rondonópolis:

I - construir uma sociedade livre, justa, fraterna e solidária;

II - garantir o desenvolvimento local, regional e nacional;

III - promover o bem de todos, combatendo o preconceito de origem, cor, étnica, gênero, credo religioso, idade, preferência sexual, ou qualquer outra forma de discriminação;

IV - preservar o Patrimônio Público e zelar pela limpeza da cidade;

V - cumprir e fazer cumprir o que determinam as Constituições Federal e Estadual, bem como esta Lei Orgânica, e as demais leis. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

Art. 5º SUPRIMIDO. (Suprimido pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

Art. 6º SUPRIMIDO. (Suprimido pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

Art. 7º SUPRIMIDO. (Suprimido pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

Art. 8º SUPRIMIDO. (Suprimido pela Emenda à Lei Orgânica nº 45/2014)

Art. 9º O Governo Municipal é exercido pelo Prefeito Municipal e pela Câmara de Vereadores e será gerido, tanto na administração direta quanto na indireta, pelos princípios da:



A palavra informática é derivada do francês *informatique*, a partir do radical do verbo francês *informer*, por analogia com *mathématique*, *électronique*, etc.

Em português, podemos considerar a união das palavras *informação* + *automática*, ou seja, a informação sendo processada de forma automática.

Existem ainda pontos de vista que consideram “informática” união dos conceitos “informação” e “matemática”.

O conceito de Informática, apesar de ser amplo, em termos gerais, pode ser definido como a ciência cujo objetivo é o tratamento da informação, estudando seus meios de armazenamento, transmissão e processamento em meios digitais, tendo como seu principal instrumento realizador, o equipamento eletrônico chamado computador, dispositivo que trata estas informações de maneira automática, que armazena e processa essas informações.

O termo *computação* tem origem no vocábulo latim *computatio*, que permite abordar a noção de *cômputo* enquanto conta, mas é geralmente usada como sinônimo de *informática*. Sendo assim, podemos dizer que a *computação* reúne os saberes científicos e os métodos.

A informática hoje em dia se aplica a diversas áreas de atividade social, como por exemplo, aplicações multimídia, jogos, investigação, telecomunicações, robótica de fabricação, controle de processos industriais, gestão de negócios, etc., além de produzir um custo mais baixo nos setores de produção e o incremento da produção de mercadorias nas grandes indústrias.

Com o surgimento das redes mundiais (*internet* - a rede das redes), a informação é vista cada vez mais como um elemento de criação e de intercâmbio cultural altamente participativo.

Os Componentes Básicos de um Computador¹

A função de um computador é processar dados. Para processá-los é preciso movê-los até a unidade central de processamento, armazenar resultados intermediários e finais em locais onde eles possam ser encontrados mais tarde para controlar estas funções de transporte, armazenamento e processamento. Portanto, tudo que um computador faz pode ser classificado como uma destas quatro ações elementares: mover dados, processar, armazenar, e controlar estas atividades. Por mais complexas que pareçam as ações executadas por um computador, elas nada mais são que combinações destas quatro funções básicas:

- **Mover dados:** é executada através do fluxo da corrente elétrica ao longo de condutores que ligam os pontos de origem e destino e não depende de elementos ativos.

- **Controle:** são igualmente executadas através de pulsos de corrente, ou “sinais”, propagados em condutores elétricos (estes pulsos são interpretados pelos componentes ativos, fazendo-os atuar ou não dependendo da presença ou ausência dos sinais).

Portanto estas duas funções, transporte e controle, para serem executadas só dependem da existência de condutores elétricos (fios, cabos, filetes metálicos nas placas de circuito impresso, etc.) e não exigem o concurso de componentes ativos.

- **Processar:** consiste basicamente em tomar decisões lógicas do tipo “faça isso em função daquilo”. Por exemplo: “compare dois valores e tome um curso de ação se o primeiro for maior, um curso diferente se ambos forem iguais ou ainda um terceiro curso se o primeiro for menor”. Todo e qualquer processamento de dados, por mais complexo que seja, nada mais é que uma combinação de ações elementares baseadas neste tipo de tomada de decisões simples. O circuito eletrônico elementar capaz de tomar decisões é denominado “porta lógica” (*logical gate*), ou simplesmente “porta”.

1 REISSWITZ, Flavia. *Análise de Sistemas: Algoritmos & Organização de Computadores*. 2012.



Os Bandeirantes¹

Expansão Territorial: Bandeiras e Bandeirantes

As bandeiras, tradicionalmente definidas como expedições particulares, em oposição às entradas, de caráter oficial, contribuíram decisivamente para a expansão territorial do Brasil Colônia. A pobreza de São Paulo, decorrente do fracasso da lavoura canavieira no século XVI, a possibilidade da existência de metais preciosos no interior e, particularmente, a necessidade de mão-de-obra para o açúcar nordestino, durante a União Ibérica, levaram os paulistas a organizar a caça ao índio, o bandeirismo de contrato e a pesquisa mineral.

Caça ao Índio

Inicialmente a caça ao índio (Preação) foi uma forma de suprir a carência de mão-de-obra para a prestação de serviços domésticos aos próprios paulistas. Logo, porém, transformou-se em atividade lucrativa, destinada a complementar as necessidades de braços escravos, bem como para a tricultura paulista. Na primeira metade do século XVII, os vicentinos realizaram incursões, principalmente contra as reduções jesuíticas espanholas, resultando na destruição de várias missões, como as do Guairá, Itatim e Tape, por Antônio Raposo Tavares. Nesse período, os holandeses, que haviam ocupado uma parte do Nordeste açucareiro, também conquistaram feitorias de escravos negros na África, aumentando a escassez de escravos africanos no Brasil.

Bandeirismo de Contrato

A ação de bandeirantes paulistas contratados pelo governador-geral ou por senhores de engenho do Nordeste, com o objetivo de combater índios inimigos e destruir quilombos, corresponde a uma fase do bandeirismo na segunda metade do século XVII. O principal acontecimento desse ciclo de bandeiras foi a destruição de um conjunto de quilombos situados no Nordeste açucareiro, conhecido genericamente como Palmares.

A atuação do bandeirismo foi de fundamental importância para a ampliação do território português na América. Num espaço muito curto, os bandeirantes devassaram o interior da colônia, explorando suas riquezas e arrebatando grandes áreas do domínio espanhol, como é o caso das missões do Sul e Sudeste do Brasil. Antônio Raposo Tavares, depois de destruí-las, foi até os limites com a Bolívia e Peru, atingindo a foz do rio Amazonas, completando, assim, o famoso périplo brasileiro. Por outro lado, os bandeirantes agiram de forma violenta na caça de indígenas e de escravos foragidos, contribuindo para a manutenção do sistema escravocrata que vigorava no Brasil Colônia.

Mato Grosso

As primeiras excursões feitas no território do Mato Grosso datam de 1525, quando Pedro Aleixo Garcia vai em direção à Bolívia, seguindo as águas dos rios Paraná e Paraguai. Posteriormente portugueses e espanhóis são atraídos à região graças aos rumores de que havia muita riqueza naquelas terras ainda não exploradas devidamente. Também vieram jesuítas espanhóis que construíram missões entre os rios Paraná e Paraguai.

Assim, em 1718, um bandeirante chamado Pascoal Moreira Cabral Leme subiu pelo rio Coxipó e descobriu enormes jazidas de ouro, dando início à corrida do ouro, fato que ajudou a povoar a região. No ano seguinte foi fundado o Arraial de Cuiabá. Em 1726, o Arraial de Cuiabá recebeu novo nome: Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Em 1748, foi criada a capitania de Cuiabá, lugar que concedia isenções e privilégios a quem ali quisesse se instalar.

As conquistas dos bandeirantes, na região do Mato Grosso, foram reconhecidas pelo Tratado de Madrid, em 1750. No ano seguinte, o então capitão-general do Mato Grosso, Antonio Rolim de Moura Tavares, fundou, à margem do rio Guaporé, a Vila Bela da Santíssima Trindade. Entre 1761 e 1766, ocorreram disputas territoriais entre portugueses e espanhóis, depois daquele período as missões espanholas e os espanhóis se retiraram daquela região, mas o Mato Grosso somente passou a ser definitivamente território brasileiro depois que os conflitos por fronteira com os espanhóis deixaram de acontecer, em 1802.

1 <https://bit.ly/2ngHlWw>



Mato Grosso e a Região Centro-Oeste¹

A estruturação do território de Mato Grosso e da região Centro-Oeste foi resultado de um amplo processo de integração regional, entendido como a inserção dessas regiões no contexto econômico nacional. Foram os ciclos econômicos de ocupação do território nacional que justificaram o povoamento (por populações não-índias) destas regiões.

Essa integração regional significou a ampliação da área de influência do centro hegemônico de poder no Brasil (eixo São Paulo-Rio).

A modernização da atividade agropecuária preexistente na região foi a forma encontrada para viabilizar o processo de produção/reprodução do capital do eixo Rio-São Paulo. Esse processo de modernização foi custeado pelo Estado brasileiro, que instalou a infraestrutura necessária para tal fim, disponibilizou política creditícia e incorporou novos espaços do território ao processo produtivo.

O processo de modernização foi efetuado para atender os interesses do centro hegemônico do poder econômico, em detrimento dos interesses das populações locais já estabelecidas na área. A estruturação do território poderia ocorrer naturalmente, sem a intervenção do Estado.

Do ponto de vista social, a atuação estatal foi desastrosa, uma vez que foi responsável pelos processos de concentração fundiária e de produção, que por sua vez desencadearam os conflitos pela posse da terra por parte dos expropriados.

A tendência para a região é a continuidade de expansão da fronteira agrícola² com monoculturas de exportação.

Programas de desenvolvimento, como o Prodeagro, que visam a gestão territorial e ambiental, devem começar em uma determinada região do Estado, de forma a permitir que a experiência adquirida possa ser, gradualmente, aplicada às demais regiões. Os futuros programas de gestão territorial e ambiental a serem implementados devem ter mecanismos capazes de assimilar as demandas coletivas e monitorar os impactos de suas ações. Que, ao lado disso, estimulem a descentralização, o fortalecimento das localidades em que atuam e a sustentação das instituições. Este conjunto, bem articulado, será capaz de promover o desenvolvimento sustentável.

Vamos compreender como ocorreu esse processo de desenvolvimento do Mato Grosso, conhecendo primeiramente o contexto da região Centro-Oeste do Brasil.

Desenvolvimento Socioeconômico no Contexto da Região Centro-Oeste

A Estrutura do Espaço Regional

O território mato-grossense é resultado de um conjunto de espaços geográficos moldados ao longo do processo de formação econômico-social do país, posto em prática de forma efetiva a partir do século XVIII.

Isso significa dizer que a estrutura regional do Centro-Oeste relaciona-se ao contexto nacional como uma totalidade, sendo regida pela dinâmica capitalista. Essa dinâmica pode ser entendida como a crescente integração das regiões brasileiras a partir da homogeneização da economia nacional.

Assim, a estrutura espacial é resultante de um processo temporal onde o território é continuamente estruturado e reestruturado. Essa dinâmica expressa-se pela articulação interregional entre os Estados brasileiros, através de fluxos de diversas ordens: bens e serviços, capitais, investimentos e força de trabalho. Esses fluxos determinaram os processos que moldaram a região Centro-Oeste.

1 [http://www.entrelinhaseditora.com.br/uploads/produtopdf/Apostila_Geografia_2015_Degustacao\(1\).pdf](http://www.entrelinhaseditora.com.br/uploads/produtopdf/Apostila_Geografia_2015_Degustacao(1).pdf)

2 Fronteira agrícola: Linha que demarca a área explorada agricolamente



Noções de Ética e Filosofia

Etimologicamente, a palavra “filosofia” é formada pelas palavras gregas *philos* e *sophia*, que significam “amor à sabedoria”.

Filósofo é o amante da sabedoria. Porém, este significado, dura na história pouco tempo. Em Heródoto, em Tucídides, talvez nos pré-socráticos, uma ou outra vez, durante pouco tempo, tem este significado primitivo de amor à sabedoria. Imediatamente, passa a ter outro significado: significa a própria sabedoria. Assim, já nos primeiros tempos da autêntica cultura grega, filosofia significa, não o simples afã ou o simples amor à sabedoria, mas a própria sabedoria.

O verbo filosofar pode ser usado com significados distintos:

- a) mero sinônimo de pensar, significado bastante amplo para os fins deste estudo;
- b) sinônimo de saber viver conforme a virtude, isto é, filosofar é viver com sabedoria, ideia que se aproxima mais do que será focado;
- c) filosofia propriamente dita, originária com mais força na Grécia em torno dos séculos VI a V a.C., quando se começou a repensar a natureza, o ser humano e as divindades sob uma perspectiva crítica.

A profundidade das discussões filosóficas fica bem compreendida no início da obra *O Mundo de Sofia*, de Jostein Gaarder:

“O melhor meio de se aproximar da filosofia é fazer perguntas filosóficas: como o mundo foi criado? Será que existe sentido por detrás do que ocorre? Há vida depois da morte? Como podemos responder a estas perguntas? E, principalmente: como devemos viver? Essas perguntas têm sido feitas pelas pessoas de todas as épocas. Não conhecemos nenhuma cultura que não tenha perguntado quem é o ser humano e de onde veio o mundo.

Basicamente, não há muitas perguntas filosóficas para se fazer.

Já fizemos algumas das mais importantes. Mas a história nos mostra diferentes respostas para cada uma dessas perguntas que estamos fazendo. É mais fácil, portanto, fazer perguntas filosóficas do que respondê-las. Da mesma forma, hoje em dia cada um de nós deve encontrar a sua resposta para estas perguntas.

[...] Mesmo que seja difícil responder a uma pergunta, isto não significa que ela não tenha uma e só uma resposta certa”.

O saber filosófico é apenas uma entre as muitas espécies de saberes, que não merecem ser desmerecidos. Quer dizer, o ser humano pode obter diversas espécies de conhecimento, destacando-se:

- a) conhecimento empírico ou sensorial, que se dá pelos sentidos, pela percepção física dos objetos materiais;
- b) conhecimento lógico ou intelectual, que se obtém pelo raciocínio, no sentido de que a combinação dos dados permite analisar, comparar, articular e unir, gerando conceitos, definições e leis indispensáveis ao entendimento da realidade (predominantemente, é este o tipo de conhecimento buscado pelos filósofos, embora alguns tenham se valido do conhecimento empírico);
- c) conhecimento de fé, que se dá pela crença. Descartes e filósofos como Galileu Galilei colocaram em dúvida as verdades absolutas de cada uma destas espécies de conhecimento

A partir daí passou a ser necessário testar a verdade dos conhecimentos, o que somente seria possível pela correção do raciocínio. Neste sentido, é correto o raciocínio que expressa um juízo positivo ou negativo racionalmente válido.



Conhecimentos específicos

eADMINISTRAÇÃO GERAL

Dentre tantas definições já apresentadas sobre o conceito de administração, podemos destacar que:

“Administração é um conjunto de atividades dirigidas à utilização eficiente e eficaz dos recursos, no sentido de alcançar um ou mais objetivos ou metas organizacionais.”

Ou seja, a Administração vai muito além de apenas “cuidar de uma empresa”, como muitos imaginam, mas compreende a capacidade de conseguir utilizar os recursos existentes (sejam eles: recursos humanos, materiais, financeiros,...) para atingir os objetivos da empresa.

O conceito de administração representa uma governabilidade, gestão de uma empresa ou organização de forma que as atividades sejam administradas com planejamento, organização, direção, e controle.

O ato de administrar é trabalhar com e por intermédio de outras pessoas na busca de realizar objetivos da organização bem como de seus membros.

Montana e Charnov

Principais abordagens da administração (clássica até contingencial)

É importante perceber que ao longo da história a Administração teve abordagens e ênfases distintas. Apesar de existir há pouco mais de 100 (cem) anos, como todas as ciências, a Administração evoluiu seus conceitos com o passar dos anos.

De acordo com o Professor Idalberto Chiavenato (escritor, professor e consultor administrativo), a Administração possui 7 (sete) abordagens, onde cada uma terá seu aspecto principal e agrupamento de autores, com seu enfoque específico. Uma abordagem, poderá conter 2 (duas) ou mais teorias distintas. São elas:

1. Abordagem Clássica: que se desdobra em Administração científica e Teoria Clássica da Administração.

2. Abordagem a: que se desdobra principalmente na Teoria das Relações Humanas.

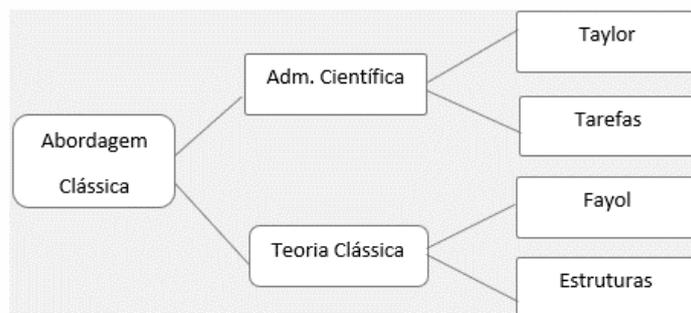
3. Abordagem Neoclássica: que se desdobra na Teoria Neoclássica da Administração, dos conceitos iniciais, processos administrativos, como os tipos de organização, departamentalização e administração por objetivos (APO).

4. Abordagem Estruturalista: que se desdobra em Teoria Burocrática e Teoria Estruturalista da Administração.

5. Abordagem Comportamental: que é subdividida na Teoria Comportamental e Teoria do Desenvolvimento Organizacional (DO).

6. Abordagem Sistêmica: centrada no conceito cibernético para a Administração, Teoria Matemática e a Teoria de Sistemas da Administração.

7. Abordagem Contingencial: que se desdobra na Teoria da Contingência da Administração.





Forma, Sistema e Fundamentos da República

– Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

– Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

– Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

– Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

– Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

– Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.



— Estado

Conceito, Elementos e Princípios

Adentrando ao contexto histórico, o conceito de Estado veio a surgir por intermédio do antigo conceito de cidade, da polis grega e da civitas romana. Em meados do século XVI o vocábulo Estado passou a ser utilizado com o significado moderno de força, poder e direito.

O Estado pode ser conceituado como um ente, sujeito de direitos, que possui como elementos: o povo, o território e a soberania. Nos dizeres de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (2010, p. 13), “Estado é pessoa jurídica territorial soberana, formada pelos elementos povo, território e governo soberano”.

O Estado como ente, é plenamente capacitado para adquirir direitos e obrigações. Ademais, possui personalidade jurídica própria, tanto no âmbito interno, perante os agentes públicos e os cidadãos, quanto no âmbito internacional, perante outros Estados.

Vejamos alguns conceitos acerca dos três elementos que compõem o Estado:

— **Povo:** Elemento legitima a existência do Estado. Isso ocorre por que é do povo que origina todo o poder representado pelo Estado, conforme dispões expressamente art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal:

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

O povo se refere ao conjunto de indivíduos que se vincula juridicamente ao Estado, de forma estabilizada.

Entretanto, isso não ocorre com estrangeiros e apátridas, diferentemente da população, que tem sentido demográfico e quantitativo, agregando, por sua vez, todos os que se encontrem sob sua jurisdição territorial, sendo desnecessário haver quaisquer tipos de vínculo jurídico do indivíduo com o poder do Estado.

Com vários sentidos, o termo pode ser usado pela doutrina como sinônimo de nação e, ainda, no sentido de subordinação a uma mesma autoridade política.

No entanto, a titularidade dos direitos políticos é determinada pela nacionalidade, que nada mais é que o vínculo jurídico estabelecido pela Constituição entre os cidadãos e o Estado.

O Direito nos concede o conceito de povo como sendo o conjunto de pessoas que detém o poder, a soberania, conforme já foi explicitado por meio do art. 1º. Parágrafo único da CFB/88 dispondo que “Todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

— **Território:** pode ser conceituado como a área na qual o Estado exerce sua soberania. Trata-se da base física ou geográfica de um determinado Estado, seu elemento constitutivo, base delimitada de autoridade, instrumento de poder com vistas a dirigir o grupo social, com tal delimitação que se pode assegurar à eficácia do poder e a estabilidade da ordem.

O território é delimitado pelas fronteiras, que por sua vez, podem ser naturais ou convencionais. O território como elemento do Estado, possui duas funções, sendo uma negativa limitante de fronteiras com a competência da autoridade política, e outra positiva, que fornece ao Estado a base correta de recursos materiais para ação.